RUA
Revista de
Urbanismo e
Arquitetura

ARTIGO

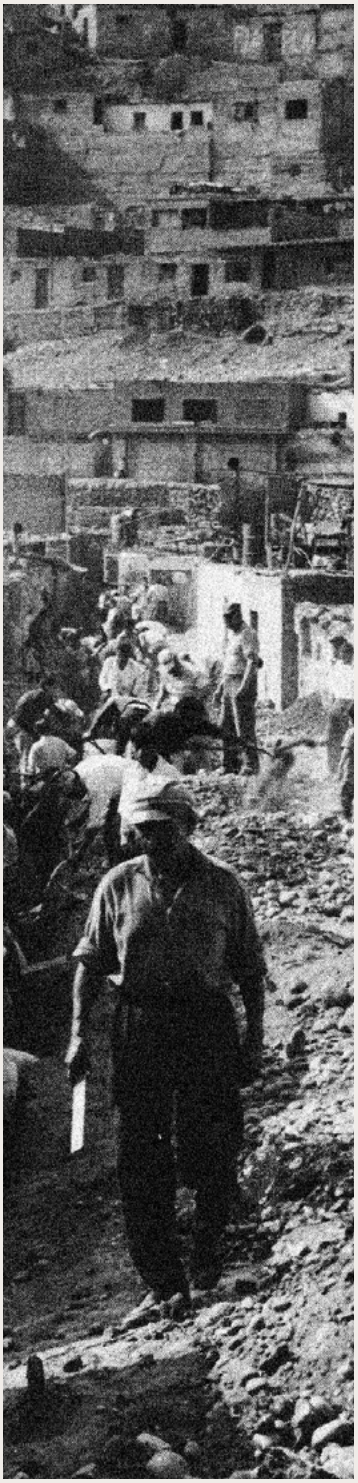
# “Fim de semana” e “Loteamento clandestino”: aproximações ao universo da habitação popular em São Paulo (1970–1990)[1]

## “Fim de semana” y “Loteamento clandestino”: aproximaciones al universo popular de la vivienda en São Paulo (1970-1990)

## “Fim de semana” and “Loteamento clandestino”: Approaches to the Popular Universe of Housing in São Paulo (1970-1990)

Nilce Aravecchia-Botas
*Universidade de São Paulo*

Ana Claudia Veiga de Castro
*Universidade de São Paulo*



1 Uma versão em espanhol deste texto foi escrita para a mesa “De la autoconstrucción a la ciudad popular: revisando el legado de John F C Turner organizada na LASA 2018” (Barcelona) a convite de Pablo Vega-Centeno e Karin Golda-Pongratz e publicado no dossiê de mesmo nome na Revista *Ensayo* (ISSN: 2413-9726), n. 2, p. 13-35, 2021, da PUC Peru (Disponível em: https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/ensayo/issue/view/1698). Aqui se trata de versão revista e atualizada, com adição de bibliografia que resulta de pesquisas mais recentes.

## RESUMO:

Este texto parte da análise de dois filmes da arquiteta e urbanista Ermínia Maricato, *Fim de Semana* (1975) e *Loteamento clandestino* (1979), e tenta refletir sobre algumas relações que se estabeleceram em São Paulo, a maior metrópole sul-americana, com a obra de John Turner (a partir de *Vivienda. Todo el poder para los usuarios*, publicado em 1977). Ele busca vislumbrar as coincidências e discrepâncias entre diferentes atores que se dedicaram a pensar a habitação social na América Latina através da defesa da participação popular no seu desenvolvimento. Seguindo o caminho aberto por outros pesquisadores da Universidade de São Paulo, Maricato desenvolve uma abordagem sociológica e depois etnográfica das periferias de São Paulo, registrando o modo de construção de moradias da população de baixa renda e revelando a impossibilidade de acesso desses sujeitos ao mercado imobiliário formal. No final da década de 1980, na primeira gestão municipal do período da redemocratização, Maricato era Secretária de Habitação, e nesta a ajuda mútua tornou-se política de Estado. Surgiu um paradoxo: apoiar a autoconstrução estaria adicionando água ao moinho da precariedade ou estaria defendendo ideias libertárias contra a opressão do Estado autoritário? Pretende-se aqui discutir essas questões, relacionando a produção intelectual brasileira a um movimento mais geral, com a intenção de contribuir para o debate.


**Palavras-chave:** John F. C. Turner, Habitação social, Ajuda mútua, Cidade latino-americana.


## RESUMEN:

Este texto parte del análisis de dos películas de la arquitecta y urbanista Ermínia Maricato, *Fim de semana* (1975) y *Loteamento clandestino* (1979), e intenta reflexionar sobre algunas relaciones que se establecieron en São Paulo, la mayor metrópolis sudamericana, con la obra de John Turner (a partir de *Vivienda. Todo el poder para los usuarios*, publicado en 1977). Busca vislumbrar las coincidencias y las discrepancias entre distintos actores que se dedicaron a pensar la vivienda social en América Latina a través de la defensa de la participación popular en su elaboración. Siguiendo la senda abierta por otros investigadores en la Universidad de São Paulo, Maricato elabora un enfoque sociológico y luego etnográfico de las periferias de São Paulo, registrando la forma de construcción de vivienda de la población de bajos ingresos y revelando la imposibilidad de esos sujetos de acceder al mercado inmobiliario formal. A finales de la década de 1980, en la primera gestión municipal del periodo de la redemocratización, Maricato fue secretaria de Vivienda, y en esta, la ayuda mutua se transformó en política de Estado. Surgió una paradoja: ¿apoyar la autoconstrucción era echar agua al molino de la precariedad o defender ideas libertarias frente a la opresión del Estado autoritario? Se pretende discutir aquí estas cuestiones, relacionando la producción intelectual brasileña con un movimiento más general, con la intención de contribuir al debate.


**Palabras clave:** John F. C. Turner, Vivienda social, Ayuda mutua, Ciudad latinoamericana.


## ABSTRACT:

This text is based on an analysis of two films by architect and urban planner Ermínia Maricato, *Fim de semana* (1975) and *Loteamento clandestino* (1979), and attempts to reflect on some of the relationships created in São Paulo, the largest South American metropolis, with the work of John Turner (starting with *Vivienda. Todo el poder para los usuarios*, published in 1977). It seeks to grasp the similarities and discrepancies between different players who dedicated themselves to thinking about social housing in Latin America by defending popular participation in its development. Following the path opened by other researchers at the University of São Paulo, Maricato develops a sociological and ethnographic approach to the outskirts of São Paulo by recording the way low-income populations build housing and revealing the impossibility for those subjects to access the formal housing market. In the late 1980s, during the first municipal administration of the redemocratization period, Maricato was Secretary of Housing, during which time mutual aid became a State policy. A paradox arose: did supporting self-construction mean that you were pouring water on the mill of precariousness or that you were defending libertarian ideas against the oppression of the authoritarian State? The aim here is to discuss these issues, relating Brazilian intellectual production to a more general movement with the intention of contributing to the debate.


**Keywords:** John F. C. Turner, Social housing, Mutual aid, Latin American city.

## Introdução

Desde a segunda metade do século XX, a expansão de periferias precárias, sob a forma do auto empreendimento da casa própria, incluindo a aquisição de lotes em terrenos legais ou ilegais, as ocupações de terrenos e o surgimento de favelas, passa a marcar cada vez mais a paisagem das cidades latino-americanas, logo se tornando um fenômeno incontornável para os estudos urbanos. Em São Paulo, a despeito de favelas surgirem pelo menos desde a década de 1940, elas tardaram a se constituir como um tema,[2] não alcançando a centralidade que teriam em cidades como Rio de Janeiro ou Lima, para citar duas capitais da América Latina onde o fenômeno suscitou estudos e intervenções *pari passu* ao seu aparecimento.[3] Foi apenas na década de 1970 que as dinâmicas entre a realidade urbana e a produção teórica de São Paulo geraram um pensamento de maior alcance interpretativo, contemplando sobretudo o surgimento dessas periferias, a partir do fenômeno da autoconstrução, e cujos efeitos merecem atenção.

Compreendidas não apenas como parte da expansão capitalista na periferia do sistema, mas também como reflexo direto da ditadura civil-militar e de um Estado rentista comprometido com os grandes empreiteiros, as favelas — mas sobretudo as periferias — da cidade passam a ser analisadas na literatura especializada de uma maneira particular (PAULINO, 2007). Este texto busca analisar um dos caminhos interpretativos produzidos naquele momento, trilhado pela urbanista Ermínia Maricato na Universidade de São Paulo (USP), a partir da produção dos filmes *Fim de Semana* (1975) e *Loteamento Clandestino* (1978) e da publicação da obra coletiva por ela organizada, *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial* (1979). O objetivo é lançar algumas hipóteses que permitam localizar essa reflexão paulistana como parte do fenômeno mais geral, brasileiro e latino-americano. No que diz respeito ao contexto nacional é indiscutível que o debate sobre o problema das favelas no Rio de Janeiro predominou devido à interseção de alguns fatores: a condição da cidade ser a então capital do país; as favelas estarem mais visíveis por sua condição geográfica (o alto dos morros em áreas de ocupação urbana mais consolidada); e ser um fenômeno extemporâneo do ponto de vista de seu aparecimento e das interpretações e ações que suscitou. Já em âmbito latino-americano, vale posicionar a produção intelectual que cimentou o argumento de Ermínia Maricato nos filmes em tela em relação ao despontar da figura do arquiteto inglês John Turner que, independentemente de muitas ideias e ações correlatas, absorveu grande parte do debate sobre a produção das cidades pelos setores populares no continente. De forma mais específica, busca-se aqui iluminar pontos de contato e de afastamento entre o olhar de Maricato e o que Turner formulava para a América Latina a partir de sua experiência em Lima diante do fenômeno das *barriadas* que ali surgiam e se consolidavam como parte da paisagem construída.

2 Segundo TASCHNER (2021), embora presentes desde antes, apenas a partir da década de 1970 as favelas de fato chamam a atenção do poder público, produzindo-se o primeiro Cadastro Geral de Favelas em 1973.

3 Sobre Lima, ver KAHATT, S (2015), BALLENT (2016); sobre o Rio, entre outros, ver: Valladares, (2005) e GONÇALVES (2016).

A obra de Turner é considerada um ponto de inflexão no tratamento da habitação dos pobres urbanos, no sentido da valorização do saber fazer popular, cujo pensamento e ação seriam decisivos para o desenvolvimento de modelos de habitação alternativos (HARRIS, 2003). Ermínia Maricato seria no final dos anos 1980, após a redemocratização e a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à prefeitura de São Paulo,[4] uma das responsáveis por implementar um programa de mutirão e ajuda mútua como alternativa às políticas habitacionais de produção empresarial, as quais a crítica relacionaria ao regime civil-militar ditatorial. Interessa, portanto, discutir de que modo essas reflexões se cruzam ao lançarem olhares para as cidades em expansão na América Latina.

## Os filmes *Fim de Semana* (1975) e *Loteamento Clandestino* (1978)

Na década de 1960 e sobretudo em 1970, os dois principais subcentros industriais da metrópole paulistana já estavam consolidados: a região do ABC paulista, na zona sul, e Osasco, na zona oeste. Entretanto, o maior incremento populacional não se daria nessas direções, mas na região leste do próprio município, área sem oferta de empregos suficiente, onde 167 hectares de loteamentos novos foram abertos nesse período. Essa desarticulação física e funcional entre áreas com emprego e áreas de moradia popular, se vinha acontecendo desde antes, intensificou-se e promoveu um avanço predatório sobre áreas rurais, de mananciais e outras áreas protegidas, aprofundando-se nas décadas seguintes também na região sul da cidade.[5]

Ao mesmo tempo, a fiscalização e o acompanhamento de instrumentos de controle urbanístico ficavam restritos aos bairros mais consolidados, de forma que a regulação do uso do solo acabava sendo proporcional ao preço da terra urbana, fazendo com que a garantia de aplicação da norma servisse à valorização imobiliária.[6] Entre 1965 e 1990, o processo de urbanização incorporou para uso urbano 1.021 km2 de área rural aos então 745 km2 urbanizados até 1965, e parte desse incremento se deveu à abertura de loteamentos clandestinos, revelando a dissociação entre a oferta oficial de habitação para população de baixa renda e a efetiva construção da cidade (MEYER; GROSTEIN; BIERDEMAN, 2013). À população mais pobre, sem capacidade financeira para acessar as moradias

**4** Com a redemocratização, Luiza Erundina, como candidata do recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT) ganha a primeira eleição municipal, e Ermínia Maricato, então professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, torna-se a sua Secretária de Habitação do município.

**5** O geógrafo Aroldo de Azevedo, em pesquisa produzida em 1943, flagra o início do processo de surgimento de subúrbios industriais, ainda mesclados à produção de alimentos para a metrópole nascente em chácaras e sítios dos arredores da cidade (AZEVEDO, 1943). Três décadas mais tarde, essa paisagem havia se transformado totalmente, com o avanço de uma urbanização pouco planejada e bastante predatória (ver: MEYER; GROSTEIN; BIERDEMAN, 2013).

**6** Nesse processo, a periferia se consolidou sob o signo da desigualdade e da precariedade, enquanto o vetor sudoeste do município de São Paulo assegurou um espaço de exclusividade às camadas de maior renda. Ver entre outros VILLAÇA (1998).

promovidas pelo Estado, ou mesmo para aquisição de lotes regularizados, restava a ocupação muitas vezes ilegal dessas áreas menos valorizadas.[7]

Nesse contexto de imensas transformações territoriais, não surpreende que uma jovem docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU USP), graduada em 1971, voltasse seus interesses às condições de moradia dos pobres na cidade. Em 1975, juntamente ao cineasta Renato Tapajós, Ermínia Maricato produziu o filme *Fim de Semana*, em colaboração com a Escola de Comunicação e Artes (ECA USP), sendo responsável pela pesquisa que forneceu os argumentos ao documentário. Ali se apresentava uma tese relativamente simples aos olhos de hoje — dita de maneira explícita pelo narrador, o jornalista Fernando Pacheco Jordão —, a de que o salário pago ao trabalhador não permitia que ele chegasse ao mercado formal de habitação na cidade. O resultado dessa impossibilidade era a produção da paisagem precária que se via no filme, a fronteira da expansão urbana, a borda semirrural da cidade que dia a dia ia sendo ocupada por pequenas casas de madeira e tijolos sem revestimentos, em novas ruas de terra abertas sem nenhum planejamento nessas margens da metrópole.

Por meio de depoimentos colhidos em entrevistas com moradores, o espectador compreende como se dava o processo: o aluguel proibitivo na cidade e os juros altos dos financiamentos públicos impeliam as famílias a adquirirem terrenos em loteamentos precários sem nenhuma infraestrutura. Operários do setor industrial e trabalhadores do setor de serviços contam nas cenas que se sucedem na tela como que, após comprar o terreno de um loteador, eles construíam um pequeno cômodo para onde se mudavam com toda a família. Depois, passavam a completar suas casas nas horas de folga, feriados e finais de semana, chegando em geral a dois ou três cômodos a mais que o núcleo original, levantados com a ajuda de familiares e amigos, e a partir de materiais de construção adquiridos em pequenos armazéns próximos.

As histórias se repetem e apresentam um caminho comum: a passagem do aluguel de casas em áreas mais centrais para os terrenos nas margens, expulsão fruto do aumento dos preços do aluguel e dos baixos salários. A cada história contada, o narrador pontua: O SALÁRIO NÃO DÁ. Mas, em cada episódio, uma informação nova é apresentada ao espectador. As casas demoram mais de dez anos para serem feitas. A construção, em geral, se inicia com um pequeno cômodo nos fundos dos lotes. Os lotes são estreitos. Ao longo dos anos, além da casa original que cresce, surgem novas casas nos mesmos terrenos, pois também as famílias crescem. Um filho que se casa, um parente que chega de outro Estado, um cômodo a mais é adicionado e alugado para complementar a renda. Com o passar dos anos, essas famílias se amontoam em aglomerados insalubres: "construídos com mínimos recursos, os interiores são pequenos, escuros, úmidos".[8] Ou seja, o resultado que se vê são

7 Com o golpe de 1964, inaugura-se um modelo de financiamento de habitação pretensamente universal, concentrado no recém-criado Banco Nacional de Habitação (BNH) e que vai operar por meio de companhias de desenvolvimento urbano em âmbitos estaduais e municipais, oferecendo unidades habitacionais em grandes conjuntos construídos majoritariamente nas periferias das cidades (BONDUKI; KOURY, 2014).

8 Fim de semana, 1974.

as péssimas condições de vida a que estavam submetidos os trabalhadores na metrópole industrial. O narrador informa que os poços d'água, construídos próximos às fossas sanitárias, logo se poluem, indicando as causas dos índices de mortalidade infantil e das doenças em geral.[9] A conclusão vem fácil na voz grave do jornalista Pacheco Jordão:

> O salário deveria incluir os gastos que o trabalhador tem com a habitação. Mas o salário não dá. Ao construir a sua casa nas horas de folga com trabalho extra, se endividando na compra do terreno e do material, às custas do seu esforço, o trabalhador está incluindo uma despesa que deveria estar incluída nas custas de seu trabalho. Isso está permitindo que o salário seja mantido abaixo das suas reais necessidades. Assim, o trabalhador está produzindo um excedente, poupando capitais que vai servir não a ele, mas ao crescimento industrial. Mas o trabalhador não sabe disso e continua construindo suas casas. Lutando para melhorar seus bairros (Fim de semana, 1974).[10]

O filme trata da construção do bairro, deixando evidente que era apenas a partir da mobilização dos moradores que alguma infraestrutura passaria a ser implementada naqueles loteamentos: calçamento de ruas, construção de equipamentos mínimos, a igreja, uma creche, a sede da associação de moradores, tudo sempre construído em regime de mutirão e com material comprado a partir de mensalidades pagas pelos associados. Na voz do narrador, a lógica se repete: "O salário não dá para a própria casa, mas eles sustentam a cidade",[11] ou, como diz um entrevistado, "a prefeitura não dá nada ao povo. É tudo o povo que paga."[12]

Poucos anos depois, Ermínia dirige um segundo filme, *Loteamento Clandestino* (1978), no qual se aproxima daqueles moradores em seus momentos de organização comunitária. A cena inicial, filmada numa reunião entre moradores e o dono de um loteamento, na qual as diversas vozes se somam na cobrança de um documento que oficializasse a posse dos terrenos, demonstra a dificuldade e a precariedade da situação. Tendo comprado seus lotes de um particular, não há documentos que comprovem a propriedade, o que os coloca em uma situação de extrema vulnerabilidade, sobretudo porque a urbanização oficial avança e também os ameaça com o despejo.

Nesse novo documentário, cuja direção, além do roteiro, é da urbanista, o foco recai na organização da população, havendo inclusive a dramatização de uma operação de loteamento de uma

9 Conclusões apontadas em outra obra da época, a pesquisa conduzida pelo Cebrap (Centro Brasileiro de Planejamento) para a Arquidiocese de São Paulo, e publicada em livro como São Paulo, 1975. Crescimento e Pobreza. São Paulo, Vozes, 1975 (tendo como autores Paul Singer, Lucio Kowarik, Fernando Henrique Cardoso, Vinicius Caldeira Brant, Maria Hermínia Tavares, Frederico Mazzuchelli).

10 Fim de semana, 1974.

11 Fim de semana, 1974.

12 Fim de semana, 1974.

gleba particular, nos moldes do Teatro do Oprimido de Augusto Boal.[13] A peça encenada pelos próprios moradores mostra um loteador que se aproxima de um proprietário de terras e oferece um *negócio da China*: a valorização de suas terras por meio da abertura de ruas e da venda dos lotes. Com isso, sabe-se que os moradores exigirão da prefeitura melhorias e que os terrenos antes rurais se transformarão em terra urbana, garantindo uma valorização importante. Em seguida, uma entrevista com o prefeito Olavo Setúbal confirma o mecanismo e o impacto para o poder público, que, no entanto, não vê o intermediário como o responsável, culpando os próprios migrantes, os trabalhadores da cidade em busca de resolverem o problema da falta de casas para morar, pela ocupação das terras rurais. Nas palavras do então prefeito: "As massas sem capacidade econômica, sem preparo técnico, e vindo de condições precárias, aceitam, se submetem e se sentem realizadas com apenas um pedaço de terra."[14]

O filme, que contou com a participação de moradores de mais de dez bairros da cidade, termina com uma festa popular numa área periférica da cidade. Simbolicamente, é ali, naquela quermesse, que se vê alguma esperança, já que a associação dos moradores e a sua luta — "a união entre todos" — é a única maneira possível para a transformação social. A câmera passeia por rostos sofridos que, no entanto, se divertem com o forró tocado por alguns músicos, crianças que correm entre os adultos, casais que se encontram, e, apesar das dificuldades explicitadas ao longo de toda a obra, o final aponta para alguma possibilidade de superação. A tese deste novo filme é que apenas a organização leva à conscientização, que a luta cotidiana é necessária e que "o medo tem que ser vencido".[15] O ano é 1978, a ditadura reprimia violentamente qualquer manifestação. Não é estranho que as palavras *luta* e *medo* se associem na tela à ideia de *união* e *conscientização*, dando-se a ver numa festa popular que sintetiza a resistência daquela população na condução de suas vidas na cidade.[16]

Essa aproximação ao universo popular na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, por meio da investigação sobre os modos de morar das populações pobres da cidade, não era propriamente novidade. Vinha na esteira de pesquisas elaboradas por professores de Maricato e iniciadas ainda na década anterior. No volume *Habitação Popular Paulistana*, que condensa os resultados de uma dessas pesquisas anteriores, publicado pela FAU em 1977, lê-se logo na primeira página:

> Os estudos, as pesquisas e todo o tipo de preocupação da problemática à habitação popular ressente-se de maiores informações a respeito das verdadeiras expectativas

**13** Nascido na década de 1970, o método formulado pelo diretor Augusto Boal pretendia facilitar o acesso das camadas sociais menos favorecidas à transformação da realidade através do *diálogo*, inspirando-se no método educacional de Paulo Freire.

**14** Loteamento clandestino, 1978.

**15** Loteamento clandestino, 1978.

**16** Sobre o recurso aos filmes como instrumento de conscientização popular, ver OLIVIERI (2010). Ver também Claudia Mesquita, *Nós construímos a cidade - o documentário e a luta popular por moradia, de* Fim de semana *(Tapajós, 1976) a* Mulheres no front *(Coutinho, 1996)*, Catálogo ForumDoc.BH, Belo Horizonte, 2020.

> do primeiro interessado nela, isto é, o trabalhador paulistano. [...] resolvemos pesquisar as casas autoconstruídas de arrabalde, procurando dados úteis não só através de questionários, mas levantando e analisando as próprias construções e o uso que o habitante faz dela (LEMOS; SAMPAIO, 1977).

Fruto da investigação conduzida entre 1970 e 1972 pelo arquiteto Carlos Lemos e pela socióloga Maria Ruth Amaral de Sampaio, o trabalho se valia da metodologia testada em um projeto piloto elaborado por Lemos ainda em 1965, em suas primeiras aproximações ao universo popular. Buscando "fornecer dados para a compreensão da casa ideal de nível popular, visando captar as expectativas dos moradores" em relação a diversos aspectos, a pesquisa reconhecia a omissão do Estado frente à ocupação das margens da cidade por uma massa de casas autoconstruídas em loteamentos na sua maioria clandestinos, mas não só, e considerava a forma das casas e dos lotes fruto das condições culturais dos migrantes (ibid.). Era como se a forma da moradia fosse resultado de escolhas e não de constrangimentos materiais evidentes. No lugar do termo "periferia", lia-se a palavra "arrabalde", assim como décadas antes Aroldo de Azevedo utilizara o termo "subúrbio". A periferia estava sendo criada — como realidade e como tema de estudos.

O trabalho foi responsável por elaborar um levantamento pioneiro dos materiais, das plantas, dos terrenos (ainda que por amostragem) da ocupação periférica em toda a cidade, cobrindo 67 bairros. O levantamento fora acompanhado de um questionário, dando a ver a idade, o sexo, a ocupação e o salário dos moradores, revelando as condições materiais de vida de homens e mulheres pobres que viviam nas bordas da cidade. Passando os olhos pelos resultados apresentados, vê-se que na maioria das casas os moradores tinham trabalho, empregando-se parte no setor industrial (operário, torneiro, mestre), uma parte maior no setor de serviços (motorista, vendedor), e uma fração menor no setor da construção civil. Poucos assumiam ter morado em favelas anteriormente, e a maioria apontava o caminho da casa ou cômodo alugado em bairros centrais para o terreno na periferia. Chefes de família entre 35 e 45 anos, ganhando até dois salários mínimos, mas cuja renda familiar era complementada pelo trabalho de outros membros, eram vistos na pesquisa como público-alvo para os programas habitacionais oficiais, supondo-se a sua não incorporação aos mesmos como uma opção resultante da recusa desses homens e mulheres em morar em habitação coletiva, e não pela sua incapacidade de pagamento (ibid.).

A pesquisa buscou precisar as causas de escolha do bairro e a forma da compra do terreno, notando como a legislação restritiva acabava empurrando aquele extrato para a ilegalidade. Como o Código de Obras não autorizava lotes de menos de 250 m2, evidentemente os desmembramentos e divisões aconteciam à revelia da lei, contribuindo para a clandestinidade das construções. Também foi alvo de investigação a forma da casa no terreno e a sua construção. Para proceder uma análise mais fina, foram sorteadas 148 habitações. O resultado era unívoco: compra de lotes (legais ou ilegais) à prestação, casas feitas em etapas, por meio da autoconstrução, ao longo de anos (às vezes com mão-de-obra contratada, sobretudo para alguns tipos de serviços), construídas sem nenhum projeto prévio. A ocupação do lote podia variar, ora no fundo, ora nas laterais, ora no centro, mas sempre

à espera de melhorias futuras. A construção do cômodo inicial no geral não demorava mais de seis meses, o que demonstrava a necessidade de parar de pagar o aluguel imediatamente. A estreiteza dos lotes sugeria uma construção encarreirada, com uma circulação interna entre cômodos. E ao se observar a casa com mais atenção, a pesquisa mostrava que muitas das

> [...] casas autoconstruídas de periferia constituem complexos habitacionais, em que muitas vezes não podemos distinguir claramente a casa principal da família titular das moradas emprestadas a parentes ou alugadas a estranhos, quando muitos cômodos são de uso comum, principalmente as instalações sanitárias (ibid.).

Concluía-se que "o aspecto técnico-construtivo das casas populares paulistanas [era] irrelevante, uma vez que não apresent[av]a novidades", caracterizando-se por uma "monotonia de soluções, medíocres e pobres". Se o ensejo inicial era trazer elementos para os arquitetos e urbanistas, dando-lhes material para projeto, para que pudessem responder aos desejos populares informados pela própria produção popular até então, os pesquisadores acabavam por retroceder a sugestões laterais, como a defesa da sala ligada à cozinha ou o reconhecimento da importância do quintal, sem de fato conseguir avançar nessa reflexão. O ponto mais importante era a percepção de uma "repulsa" pela habitação coletiva, explicada, como vimos, pelas condições culturais, e não pelos fatores econômicos que impediam o acesso ao financiamento. A razão dessa repulsa era compreendida ali por uma série de motivos associados: "a falta de quintal para cultivo de verduras, coramento e lavagem de roupas, para animais domésticos, perigo para crianças brincarem, abafamento, promiscuidade, calor, impossibilidade de aumento de área construída", aliados ao desconforto de não ser "dono do próprio chão." (ibid.).

Os autores, defendendo uma transformação cultural dos habitantes para que a habitação coletiva passasse a ser aceita, recorriam a John Turner, que teria mostrado em seu texto de 1968, "Barreiras e canais para o Desenvolvimento Habitacional nos países em vias de desenvolvimento", que quanto maior fosse "a diferença entre a natureza do fornecimento de habitações oficiais e a natureza da demanda popular, maior ser[ia] a proliferação de habitações não controladas" (TURNER, 1968, p. 20).

As críticas de Ermínia Maricato ao processo de urbanização então em curso certamente tiveram a pesquisa de Lemos e Sampaio no horizonte. Porém, vinham também da sua aproximação a outros dois autores que se dedicavam à mesma problemática: o economista e sociólogo Francisco de Oliveira e o arquiteto Sérgio Ferro. O primeiro, autor de um texto fundamental para a crítica dos processos de autoconstrução: "A crítica à razão dualista", escrito em 1972,[17] aproximara-se mais do campo da arquitetura dando aulas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Católica de Santos. E o último, também professor na FAU USP naquele momento, havia publicado o ensaio "A casa popular" em 1972, uma brochura editada pelo Grêmio da Faculdade, em que também tomava como

17 OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista, Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1981. Publicado originalmente em Estudos Cebrap, n.2, 1972. Depois, publicaria "O Estado e o urbano no Brasil". Revista Espaço & Debates, n. 6, 1982, lançando uma interpretação de longa duração.

referência a pesquisa original de Lemos. Dali justamente ele extraíra dados para indicar que a casa popular era pobre do ponto de vista construtivo não por "questão de gosto, higiene, estabilidade ou conforto: [mas] resultado do baixo nível do consumo permitido por seu salário" (FERRO, 1972, p. 5).[18] Flagrando o processo da urbanização metropolitana em pleno funcionamento, as casas pobres eram assim a evidência da exploração no regime capitalista, ou seja, mecanismo para a acumulação. Mas antes de aprofundar nesse ponto a partir do livro organizado por Maricato após a realização dos filmes, vale a pena observar em panorama como o fenômeno das favelas e da autoconstrução interferiram no debate no Brasil e América Latina, localizando a ascendência de John Turner.

## Dimensões materiais e simbólicas das favelas e a ascendência de Turner no campo da arquitetura e urbanismo

Desde pelo menos a década de 1950, São Paulo passava a experimentar o que o Rio de Janeiro, então capital do país, vivera desde o final do século XIX. Abrigos precários, realizados a partir de materiais e técnicas rudimentares, apareciam entre bairros, ocupando grotas e várzeas de rios espalhados na cidade (FLOCK, 2021). Porém, essas casas eram consideradas abrigos temporários, que logo poderiam ser substituídos por moradias permanentes, diante do desenvolvimento industrial vivenciado na cidade. O fenômeno, que acontecia em muitas outras cidades latino-americanas, começava a ser compreendido como um processo mais geral, chamando a atenção de especialistas (GORELIK, 2022).

A visão mais recorrente era a que olhava para as favelas, tugúrios, *callampas*, *barriadas* ou vilas-miséria como formas transitórias, que ao longo do tempo seriam substituídas por habitações salubres produzidas em série, com financiamento estatal. No entanto, a ideia de que tais assentamentos poderiam ser incorporados à cidade entendida como "formal" passou a ser considerada ao longo da década de 1950. Exemplar nesse sentido foi o debate sobre as possibilidades de "reabilitação" de "tugúrios"[19] e sua incorporação ao planejamento urbano e regional, no Seminário de Técnicos y Funcionarios en Planeamiento Urbano, promovido em Bogotá pelo Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento (CINVA) em 1958. No relatório final do evento, chamado pelos participantes de Carta dos Andes, que esboçava o que seria um tratado de urbanismo específico para os problemas da América Latina, estavam contemplados o estudo, a classificação e as diretrizes de urbanização desses assentamentos. O documento foi publicado em português no ano de 1960, com o nome de Carta dos Andes e prefaciada por Luiz Ignácio de Anhaia Melo, professor da FAU USP.[20]

18 Escrito em 1969, a partir de anotações de aula; em 1972, Ferro se exilaria na França-

19 "Tugúrio" é o termo utilizado na Colômbia tanto para as casas de aluguel muito adensadas nos centros urbanos, quanto para os bairros de precários índices urbanísticos nas periferias das cidades —corresponderiam aos cortiços e favelas na nomenclatura brasileira.

20 No relatório final do evento, em espanhol, estava indicado que o documento deveria ser intitulado "Carta dos Andes". A versão em português, com tradução de Gustavo Neves da Rocha e prefaciada por Anhaia Mello, adotou a nomenclatura (ver MELLO: 1960; MONTOYA; ARAVECCHIA, 2024).

Reconhecido nos meios técnicos e à frente do Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos da FAU USP (CEPEU), é possível que a recomendação de Anhaia Melo para que urbanistas tivessem nessa Carta uma referência tenha também ensejado reflexão quanto às políticas de remoção praticadas de forma indiscriminada naquele momento.

No Brasil, conforme se intensifica o processo de urbanização, as estratégias de habitar dos mais pobres já praticadas anteriormente ganham escala e visibilidade e, desde a década de 1930, passam a ser objeto de atenção de técnicos e intelectuais junto às ações estatais voltadas à produção de moradia. Casos como os de Recife e Belo Horizonte mostram como o problema dos mocambos e das favelas ganharam a atenção de distintos setores, como as organizações operárias, a igreja católica, os filantropos e os técnicos (BONDUKI, 1998; OLIVEIRA, 2014; LIRA, 1994).

Mas por sua dimensão e importância política, o debate a partir do Rio de Janeiro ganhará dimensões nacionais. As favelas existentes nessa cidade desde a virada do século XIX para o XX sofreram consecutivos incrementos populacionais devido ao avanço do processo de industrialização que teve um primeiro salto na década de 1930. E na década de 1950 a produção habitacional pública, que se dava de forma fragmentada e esparsa pelo financiamento via sistema previdenciário, começa a dar sinais de insuficiência. Técnicos e intelectuais defenderiam então a fixação dos moradores em territórios formados espontaneamente, em posicionamento contrário às políticas de remoção que marcaram as ações públicas iniciais (GONÇALVES, 2013; BONDUKI, 2014, p. 56; VALLADARES, 2005).

Em âmbito nacional, a viabilidade de um plano para efetivar uma produção habitacional pública de caráter universal foi posta em discussão durante o segundo governo de Getúlio Vargas, que depois de ter estado à frente de um Estado autoritário entre 1937 e 1945, volta à presidência eleito democraticamente em 1954. Nesse segundo governo, ideias desenvolvimentistas que relacionavam o planejamento econômico com políticas sociais tiveram lugar na Comissão Nacional de Bem-Estar Social (CNBS), presidida pelo geógrafo Josué de Castro, com a participação de outros importantes intelectuais, como Ignácio Rangel e Rômulo Almeida (BARBOSA; KOURY, 2012).

Esse último iria coordenar, junto à CNBS, a Subcomissão de Habitação e Favelas, que tratou exclusivamente de problemas relacionados à urbanização, trazendo para o centro do debate técnico o problema das moradias precárias das principais cidades brasileiras, com foco no Rio de Janeiro. Logo depois, no ano de 1956, foi criado, na esfera municipal na capital carioca, o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA). Junto a essas instituições públicas, vale destacar ainda a influência da Fundação Leão XIII, entidade assistencial da igreja católica que desde 1947 atuava intensamente nas favelas do Rio de Janeiro, e seus membros foram os primeiros a defender a fixação dos moradores favelados em seus territórios, com a promoção de intervenções de melhorias urbanísticas.[21] Pode-se assim dizer que ao menos no Rio de Janeiro o

21 Destaca-se nesse movimento o bispo Dom Helder Câmara e a "Cruzada de São Sebastião", promovida com esse intuito (OLIVEIRA, 2014, pp. 51-52).

meio técnico e distintos setores da sociedade voltaram a atenção para o problema da favela buscando soluções de reurbanização.

Na década de 1960, alcançaria grande repercussão o trabalho realizado pela Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), "Aspectos humanos da favela carioca". A SAGMACS foi fundada pelo frei dominicano francês Louis-Joseph Lebret, depois de sua primeira visita ao Brasil em 1947, com o apoio de intelectuais cariocas e paulistas ligados à igreja católica (ver DE ANGELO, 2010; PONTUAL, 2016), desenvolvendo a partir daí estudos e pesquisas sobre os modos de vida dos pobres nas cidades brasileiras. Em 1956, a Sociedade realizou uma pesquisa para a prefeitura de São Paulo, denominada "Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana", e no ano seguinte um estudo sobre as condições da habitação popular na cidade, onde aparecia o número de 141 favelas, com um total de 8.488 barracos (PAULINO, 2007, p. 97). Como desdobramento desse trabalho, em 1958, a SAGMACS foi contratada pela Prefeitura de Belo Horizonte e recebeu a encomenda do jornal *O Estado de S. Paulo* para realizar uma pesquisa sobre as favelas cariocas (CESTARO, 2016).

O objetivo desses estudos também era chamar a atenção de governantes, legisladores, políticos e estudiosos das questões sociais para o fenômeno das favelas, que passava a caracterizar vários centros urbanos brasileiros, mas que se manifestava de forma mais evidente no Rio de Janeiro. A pesquisa sobre o Rio, publicada em São Paulo em um encarte especial do jornal *O Estado de S. Paulo* em abril de 1960, despertou grande interesse e parece ter motivado uma inflexão no debate sobre favela também em ambiente paulistano, conjugando-se a dois outros elementos dessa trama: a publicação do livro de Carolina de Jesus, *Quarto de despejo, diário de uma favelada*, no mesmo ano de 196, que se torna um *best seller* instantâneo; e, no ano seguinte, a criação do Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD), que vale serem brevemente comentados.

Escritas por uma ex-empregada doméstica, catadora de papel residente na favela do Canindé, as palavras de Carolina revelavam o avesso de uma cidade que se orgulhava de estar se tornando a principal cidade industrial da América Latina — tirando da invisibilidade aqueles espaços e seus sujeitos:

> As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenha a impressão que sou um objeto fora do uso, digno de estar num quarto de despejo. 19 de maio de 1958, (JESUS, 2015, p. 37).[22]

22 O livro faz um sucesso retumbante, sendo traduzido para mais de 40 línguas. Nele se lê ainda: "Cheguei na favela: eu não acho jeito de dizer que cheguei em casa. Casa é casa. Barracão é barracão. O barraco tanto no interior como no exterior estava sujo. E aquela desordem aborreceu-me. Fitei o quintal. O lixo podre exalava mau cheiro. Só aos domingos que eu tenho tempo de limpar." (31 de maio de 1958, p. 47); ou ainda "Quando eu digo casa, penso que estou ofendendo as casa de tijolos. (...) Os visinhos de alvenaria olha os favelados com repugnância".

No ano seguinte, o MUD, organizado a partir de uma ação do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz da Faculdade de Medicina da USP, congregou estudantes de vários outros cursos universitários de São Paulo, engajados em trabalhar em prol de ações de desfavelamento. Impactados por uma ação social realizada pela prefeitura na Favela do Canindé (a mesma que fora relatada por Carolina de Jesus em seu livro), os estudantes fundaram um movimento para prestar assistência aos moradores desses assentamentos a partir de uma visão integrada que envolvia dimensões territoriais, econômicas e sociais (PAULINO, 2007, pp. 96-107). Nesse caso não se tratou da permanência, mas da busca de soluções particulares que pudessem indicar um caminho mais geral para o problema. Em grande medida, essa iniciativa disputava o sentido das políticas desenvolvimentistas, buscando deslocá-las do campo estrito da economia para incorporar aspectos culturais e sociais da ação estatal.

Esses são alguns elementos que explicam a emergência de uma ideia de desenvolvimento abrangendo crescimento econômico e princípios de solidariedade e comunitarismo, que haviam levado à aproximação entre intelectuais como o Padre Lebret e o geógrafo Josué de Castro, por exemplo, configurando certa convergência acerca do pensamento sobre a cidade na América Latina. Como vimos, também era um caminho indicado por Anhaia Mello ao recomendar a Carta dos Andes.

E em todo subcontinente a confluência dessa posição encontrava aceitação e se legitimava a partir da produção intelectual formalizada na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), onde se ensaiava uma perspectiva de desenvolvimento integral que, compartilhada por uma vertente mais progressista da igreja católica, era também defendida por Lebret e caracterizava sua liderança à frente dos trabalhos da SAGMACS. Suas ideias de desenvolvimento, ainda que tivessem um sentido universalista e civilizacional, sugerindo "uma nova humanidade, solidária e cooperativa", partiam também do reconhecimento das profundas desigualdades regionais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, desdobrando-se na defesa de políticas nacionalistas (GODOY, 2015).

Essas perspectivas encontrariam respaldo durante o curto governo de João Goulart (1961-1964), no âmbito das chamadas Reformas de Base. A discussão sobre a necessidade da regulação do mercado de terras e da implantação de uma política de planejamento que primasse pelo vínculo entre infraestrutura e habitação, no sentido de universalizar o acesso à cidade e à moradia, teve ali seu momento mais eloquente. O Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU) promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) em 1963, com apoio do governo federal, dava continuidade às reflexões acumuladas até aquele momento, consolidando estudos e críticas aos processos de urbanização no Brasil e formalizando propostas (BONDUKI; KOURY, 2010; AZEVEDO; FREITAS, 2014).

Foi a partir desse período que as contradições do desenvolvimento brasileiro se tornaram mais evidentes. O Regime Militar, a partir de 1964, inaugurou um modelo de financiamento de habitação pretensamente universal, concentrado no recém-criado Banco Nacional de Habitação (BNH), que

(8 de junho de 1958, p. 55) - pequenos trechos que dão a ver as condições de vida nas favelas paulistas, descritas não por algum especialista, mas por uma moradora.

passa a operar por meio de companhias de desenvolvimento urbano em âmbitos estaduais e municipais. A produção da cidade e da moradia favorecia a concentração de capital no setor da construção civil em poucas empresas. A aliança entre proprietários de terras e construtoras sustentava em parte o regime e do ponto de vista das formulações intelectuais, tais acontecimentos impulsionaram o alcance das ideias críticas ao desenvolvimentismo. A ação estatal ocorria em concomitância com a consolidação das favelas, quando um processo de urbanização sem precedentes toma lugar nas principais cidades brasileiras.

Ao mesmo tempo, a política contraditória assumia de vez a remoção das favelas com o deslocamento de suas populações para locais muito distantes das formações originais, abrindo novas frentes de urbanização e beneficiando os proprietários das áreas intersticiais. As favelas e outras formas de habitação precária, antes tidas como fenômeno momentâneo a serem superados com o desenvolvimento, brevemente vistas como passíveis de melhorias, passaram a ser entendidas como dados definitivos da paisagem — desde que deslocadas para áreas menos visíveis.

O arquiteto John Turner ganhou centralidade nesse debate, a partir do seu artigo "Dwelling Resources in South America", publicado na revista inglesa *Architectural Design* em 1963, por justamente disseminar a ideia de que valia a pena prestar atenção àquelas habitações vistas como precárias e descartáveis. John Turner esteve em Lima pela primeira vez em 1957, a convite do arquiteto modernista Eduardo Neira Alva, que o havia conhecido numa atividade organizada no âmbito dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) em Veneza, em 1952. Seu primeiro trabalho no Peru foi como colaborador na reconstrução de Arequipa, cidade atingida por um terremoto em 1958. A proximidade com Neira Alva e sua incursão pelo Peru resultou em sua inserção no ambiente intelectual protagonizado pelo grupo "Espacio", uma reunião de intelectuais que deu respaldo à liderança de Fernando Belaúnde Terry, arquiteto que viria a se tornar presidente do Peru (BALLENT, 2004; KAHATT, 2019; HUAPAYA, 2014).

Nessa ocasião o arquiteto inglês começa a refletir sobre a capacidade organizativa das comunidades pobres e volta suas observações aos "bairros" projetados e construídos pela própria população. Reparava que as ocupações, iniciadas com casas temporárias de madeira e cobertura leve, iam com o tempo sendo melhoradas com materiais mais duradouros, argumentando que funcionavam razoavelmente bem e davam respostas mais rápidas que as promovidas pelo Estado. A projeção e alcance de sua obra fez o tema circular por toda a América Latina e contribuiu de forma decisiva para reestruturação da disciplina arquitetônica em âmbito internacional. Simultaneamente, as habitações autoconstruídas, seja como modo de conceber e construir a habitação, ou como território a ser consolidado e absorvido pela institucionalidade, foram sendo incorporadas em plataformas de desenvolvimento urbano.

Se o olhar sobre os modos de morar dos pobres e a valorização dessa alternativa frente à expansão dos déficits habitacionais na América Latina já aconteciam desde antes, a novidade da visão de Turner foi lançar uma perspectiva anarquista a partir do fenômeno. Questionava a eficiência do Estado em suas políticas e as estratégias baseadas na habitação como objeto da produção e do

consumo capitalista (BOWER, 2016, p. 93),[23] depositando um potencial político nas práticas autônomas dos setores populares (GORELIK, 2022, p. 129). As pessoas envolvidas na autoconstrução de suas casas seriam "especialistas" em seus problemas, mais que qualquer técnico de planejamento. Exercer a liberdade de decidir sobre seus espaços cotidianos e recusar a vida massiva e sem caráter dos grandes conjuntos construídos pelo Estado: ideias que ganharam o mundo a partir do livro *Todo el poder para los usuarios*, de 1977. Tratava-se de apontar as relações locais de reprodução do espaço como protagonista frente às ações centralizadas, contribuindo para colocar em xeque a própria ideia de política pública como parte do modelo de desenvolvimento capitalista.

Nesse contexto, nas favelas cariocas dava-se também a resistência dos moradores contra os processos de remoção violentos, e a defesa pela permanência nas áreas de origem de formação das favelas passa a ser definidora das ideias de alguns setores mais progressistas do campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo, num evidente desdobramento dos debates do Seminário de Habitação e Reforma Urbana, que ainda encontravam espaço nos primeiros anos do Governo Militar. Também no Rio, um grupo de universitários se aproxima de movimentos sociais que lutavam contra as políticas de remoções, assumindo protagonismo o então estudante de arquitetura Carlos Nelson Ferreira dos Santos, que foi atuar como assessor dos moradores da favela de Brás de Pina que resistiam à remoção empreendida pela prefeitura desde o ano de 1964. Sua liderança e ação desdobraram-se no trabalho do Grupo Quadra Arquitetos Associados, que em 1968, depois de muita pressão sobre a prefeitura, levaria adiante a primeira experiência de urbanização de favela no Brasil (ABRAHÃO, 2008, pp. 112-115). Nesse exato momento, o recém-criado Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) traz ao Brasil John Turner, que visitou diversas capitais defendendo suas ideias de participação da comunidade nos projetos habitacionais, ministrando um curso de cinco dias na cidade do Rio de Janeiro. Sua passagem teve ampla repercussão no meio disciplinar carioca e na imprensa em geral, sendo sua referência assumida explicitamente por Carlos Nelson e seus colegas do Quadra (HUAPAYA; GRAPPI, 2017).

Não obstante, experiências como essa iam na contramão da ação estatal. A centralização do financiamento habitacional em um único órgão, o BNH, facilitou a concentração do capital no setor da construção, impulsionando um movimento contrário às próprias ideias desenvolvimentistas de base cepalina. A crítica formulada elegeu como alvo a ação estatal de modo mais amplo, e o desenvolvimentismo, ao ser associado ao intervencionismo do governo autoritário, foi questionado em seus princípios, inclusive foi-se atribuindo à ação técnica do aparato administrativo um papel ideológico para sustentar o sistema desigual da produção do espaço urbano. Parte significativa do campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo, em coro com as críticas sociológicas, passou a depositar suas expectativas na capacidade autônoma da população para produzir a própria moradia e para pressionar por políticas de financiamento. Entre os inúmeros debates travados emergiram críticas ao desenvolvimento cepalino, que teve muitos partícipes em toda a América Latina, com

23 Para Bower, "os princípios teóricos da autonomia e liberdade individual que estão em todo seu trabalho representam uma realização anarquista do princípio socialista da autogestão" (BOWER, 2016, p. 83, tradução nossa).

representatividade significativa no Brasil e que contou com participação direta dos intelectuais da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

## A obra *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*

Em São Paulo, onde a lógica predadora ganhava cada vez mais visibilidade pela rapidez com que atingia o território, surge uma crítica mais incisiva ao próprio processo de produção da cidade. Os intelectuais paulistas, a partir de sua inserção na CEPAL, tiveram participação decisiva na produção de uma crítica às propostas desenvolvimentistas, com destaque para os trabalhos de Francisco de Oliveira, ligado ao CEBRAP (Centro Brasileiro de Planejamento). Esse debate ganhou interlocutores preferenciais na própria FAU, entre eles Gabriel Bolaffi, Sérgio Ferro, Lúcio Kowarick e a própria Ermínia Maricato.

No ano de 1979, como mencionado, é publicado o livro *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil*, obra em evidente diálogo com a reflexão cinematográfica já descrita e que reuniu nomes e visões sobre a questão habitacional e urbana no país. Prefaciado por Francisco de Oliveira e sob organização de Maricato, reunia textos decorrentes de pesquisas de Paul Singer, Rodrigo Lefebvre, Gabriel Bolaffi, Nabil Bonduki e Raquel Rolnik, além da própria organizadora, denunciando a omissão do Estado, ou melhor, o seu papel de indutor ao surgimento das periferias. Ao observar a questão urbana de maneira detida, buscava compreender e analisar os mecanismos de aquisição dos lotes e a forma da construção das casas, chegando à conclusão de que eliminar o gasto mensal com habitação por meio da "casa própria" havia sido a única forma de sobrevivência daqueles setores cujos salários deprimidos não eram suficientes para viver — como repetira constantemente a narração de Pacheco Jordão: "o salário não dá".

No prefácio do livro, Chico de Oliveira destacava o esforço que era necessário para se pensar teoricamente a sociedade brasileira contemporânea, a urbanização e seus processos, notando que se os estudos ali reunidos não podiam ser chamados de pioneiros — dado todo o caminho aqui descrito —, o pioneirismo estaria em pensar o urbano não como passagem do mundo rural para o urbano, mas pensá-lo nele mesmo, já que a base de produção no Brasil seria eminentemente urbana já havia um tempo. Para Oliveira,

> "a novidade consist[ia] em pensar a terra urbana como capital. E [por isso] se busca[va] determinar o papel da renda fundiária urbana como suporte do processo de acumulação que se dá na indústria da construção civil e dentro desta, da construção residencial." (OLIVEIRA, 1982, p. 14).

Em seu texto "Autoconstrução, a arquitetura possível", escrito em 1976 e revisto em 1978 para fazer parte do livro, Ermínia Maricato, em consonância com o pensamento de Oliveira, explora os sentidos da habitação construída pelos próprios moradores nas periferias das cidades. Partindo

da discussão do termo mutirão, que caracterizaria a forma de construção de habitação nas zonas rurais, acaba por defender o uso da palavra "autoconstrução", que, segundo a autora, era mais condizente com a situação urbana. Com isso, se afasta do que ela chama de

> [...] vasta bibliografia técnica relativa aos problemas da habitação nos países dependentes [que] tende a destacar como aspecto mais importante do mutirão a espontaneidade e a solidariedade manifesta entre as pessoas que se auxiliam, e que deve ser fortalecida nos programas que apresentam propostas para melhorar as condições de habitação nos países "atrasados" do mundo capitalista (MARICATO, 1982, p. 72).

Se aquela "vasta bibliografia técnica" destacava a solidariedade e a criação de laços comunitários do trabalho em mutirão, Maricato prefere insistir no fato de que a autoconstrução servia mais aos interesses capitalistas, absorvendo as economias familiares ao se estender por anos, impondo às famílias o trabalho nas suas folgas dominicais, um ônus precarizante para aquelas vidas. Nesse sentido, a solidariedade, "quando existe, é uma determinante para a sobrevivência. O contato direto com a produção da casa também. Não há outra escolha possível, assim como não há outra arquitetura possível" (ibid., p. 73). Vale insistir, era essa a tese defendida em seu filme. Portanto, informava que o principal seria relacionar a autoconstrução

> [...] a um quadro mais amplo que é o do atual estágio do desenvolvimento do capitalismo em alguns países dependentes, através do papel que a autoconstrução ocupa na reprodução da força de trabalho e na forma que assume o crescimento das áreas metropolitanas (ibid., p. 73).

Ou seja, compreender a casa autoconstruída do pobre urbano como parte fundamental do processo de desenvolvimento capitalista de um país periférico. Sendo assim, o texto explicitamente aponta não haver nada de natural no fato de migrantes vindos de áreas rurais construírem suas próprias casas, como faziam antes no campo — afastando-se das conclusões de Lemos e Sampaio (e também do olhar antropológico que alimentava as conclusões de Turner, se quisermos). Pois longe de estar ligada a uma cultura de subsistência, "a massa urbana é maciçamente assalariada e perfeitamente integrada numa economia urbana industrial capitalista"(MARICATO, 1982, p. 74), sendo qualquer prática de subsistência fruto de uma imposição externa:

> [...] é porque não lhe resta outra alternativa já que ela não tem condições de comprar esses produtos ou pagar por esses serviços, seja pelo baixo poder aquisitivo dos salários, seja porque as políticas oficiais estatais tratam infraestrutura e equipamento urbano, coletivos ou não, como mercadorias, a exemplo dos setores privados, ou quando não, e mais frequentemente, combinados a ele (ibid., p. 74).[24]

24 Explicitando o argumento, afirma: "se o Estado ignora o assentamento residencial da classe trabalhadora urbana, oriunda dos fluxos migratórios, é principalmente porque essa classe não constitui demanda econômica

Era a leitura de Francisco de Oliveira, que via a autoconstrução como um dos exemplos para o argumento acerca da integração dos setores atrasados no processo de acumulação de capital industrial. Nas palavras do sociólogo, citadas pela urbanista,

> [...] a expansão do capitalismo se dá introduzindo relações novas no arcaico, e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo (OLIVEIRA apud MARICATO, 1982, p. 77).

Maricato anuncia o argumento do filme de 1979, afirmando que suas pesquisas empíricas a tinham levado a perceber como os trabalhadores não apenas produzem a sua habitação particular como "constroem artesanalmente uma parte da cidade" (MARICATO, 1982, p. 79). E então apresenta sua crítica ao Estado: não é que ele seja "injusto", mas sim que, ao aplicar seus recursos de forma desigual, o Estado confirma a lógica da acumulação capitalista vigente no país. No estágio em que se encontrava o capitalismo brasileiro, a lógica era abandonar a reprodução da força de trabalho e investir em setores mais dinâmicos, funcionando o próprio Estado como um ente privado em busca de maiores lucros. Isso explicaria o desvirtuamento do BNH, que de órgão criado para universalizar a habitação se transformava em investidor de habitações de médio e alto custo, bem como financiador de obras de infraestrutura para setores que respondessem economicamente a esses custos. Isso porque "a prática do Estado de exigir retorno pelos investimentos feitos, e frequentemente procurando extrair um excedente na transação, exclui a maior parte da população do campo de abrangência dos recursos investidos no meio urbano" (ibid., p. 80).

O texto caminha para uma definição do que seria afinal a "periferia":

> [...] o espaço da residência da classe trabalhadora ou das camadas populares, espaço que se estende por vastas áreas ocupadas por pequenas casas em pequenos lotes, longe dos centros de comércio ou negócios, sem equipamento ou infraestrutura urbanos, onde o comércio e os serviços particulares também são insignificantes enquanto forma de uso. Essa ocupação é urbana, mas pode-se dizer também que é desurbanizada à luz de certas formulações técnicas urbanísticas de planejamento ou mesmo à luz de certas formulações antropológicas, ou ainda à luz da história das cidades. [E continua:] essa proletarização do espaço, essa ocupação pobre, extensiva e horizontalizada que ganhou apelidos de "inchamento", "cinturão de pobreza", "espaço marginal" etc., se acentua com o que podemos chamar de segunda etapa da industrialização do país (ibid., p. 83).

para pagar esses bens e serviços" (ibid., p. 74).

Ao explorar a forma da casa do pobre, é a tese de Sergio Ferro, explicitada em *A casa popular* (1972), que lhe fornece os principais argumentos, insistindo na impossibilidade de que haja "alguma manifestação popular inovadora ao nível da técnica construtiva, dos materiais de construção ou das soluções formais". Explorando os diversos materiais, o texto reproduz o que se mostrava na tela do cinema, a substituição do tijolo de barro pelos blocos de cimento, devido ao surgimento de pequenas fábricas na própria periferia. Além disso, distintamente das casas descritas por Lemos e Sampaio, Ermínia já nota a proliferação das lajes pré-moldadas, que substituíam as telhas de barro e os telhados de madeira. Ou seja, o que se nota é que o "material deve ser sempre o mais barato, de manipulação simples" e ser oferecido em lojas próximas, sendo eles os determinantes da forma da casa. Ermínia distingue o favelado do pequeno proprietário de um lote urbano, mas apenas para dizer que a ele, favelado, incidem os mesmos constrangimentos. E conclui que:

> [...] a ingênua busca de criação arquitetônica popular resulta bastante frustrada dada a articulação rígida de todos os elementos que se compõem na determinação do produto, a casa popular: o lote, de dimensões pequenas, os materiais baratos, simples, de manipulação fácil e largamente conhecidos, a mão-de-obra não especializada e intermitente, a técnica rudimentar, poucas ferramentas, nenhuma máquina, e a disponibilidade parcelada de tempo e dinheiro, o que determina a construção por etapas (ibid., pp. 87-91).

A crítica à leitura de Turner, que via na produção popular um caminho, mostra-se evidente. Assim, só restava à urbanista listar os problemas advindos dessas condições: o congestionamento habitacional, a coabitação familiar, a insalubridade, a iluminação precária, a ventilação precária etc. Sua conclusão é de que a autoconstrução nos termos acima expostos é a "arquitetura possível" para as classes trabalhadoras das grandes cidades dos países dependentes, sem nenhuma poesia, sem nenhuma libertação.

Nesse sentido, é possível afirmar que, na década de 1970, o olhar de Maricato para os espaços precários da cidade, e para a casa do pobre urbano, distinguindo as causas estruturais do fenômeno com base na análise marxista da articulação necessária entre a exploração da força de trabalho e a acumulação de capital, afasta-se das conclusões que Turner vinha defendendo contemporaneamente em suas obras e também das discussões que eram levadas adiante no Rio de Janeiro, como vimos. Informada pela crítica marxista latino-americana e pela sociologia francesa, Ermínia, e os intelectuais paulistas em geral, preferiam apostar na "denúncia" do papel do Estado como copartícipe da "espoliação urbana", para retomar uma expressão contemporânea (KOWARIK, 1979).

A outra vertente de crítica ao papel do Estado, que associava as ideias do desenvolvimentismo ao autoritarismo do governo militar, via BNH, e que vinculava essa ação às ideias de estandardização próprias do Movimento Moderno, dialogava com a crítica marxista, mas por dentro do campo disciplinar da arquitetura procurava caminhos para sua própria prática. Entre eles estavam dois

ex-alunos de Erminia Maricato na FAU, Nabil Bonduki e Raquel Rolnik,[25] que faziam coro com Carlos Nelson Ferreira dos Santos. O arquiteto carioca, como vimos, estava atento aos discursos de John Turner, e acusava os "paulistas" de serem excessivamente ortodoxos, apontando a riqueza das práticas sociais das populações residentes nas favelas que poderiam ter papel importante na emancipação política por meio de suas experiências.[26] Os arquitetos de uma nova geração buscavam valorizar as práticas populares, por outro lado, também absorviam a crítica de Chico de Oliveira a partir de seu diálogo com os estudos urbanos.

## Desdobramentos do debate

Para compreender a mudança de ideias no horizonte — e, mais que isso, de que maneira pensamentos antagônicos operariam uma síntese poucos anos depois — é necessário dizer que, na década de 1980, um novo elemento se apresentava na cena: a própria população pobre, com o apoio de setores mais progressistas da igreja católica, começa a organizar movimentos para requerer terra e moradia. Desejavam um lote na periferia, ao alcance de sua realidade, ou seja, aquilo que era o tema central da crítica de Oliveira e Ferro, seguidos por Maricato, que haviam denunciado o modelo da autoconstrução como sobretrabalho. A organização do povo, que via como vantajosa essa opção, colocaria em suspenso a crítica. O desafio era relacionar algo que era, aos olhos dos intelectuais progressistas, muito contraditório: de um lado, o desejo dos movimentos sociais organizados pela casa própria (e a valorização de sua organização política); do outro, a crítica à exploração na forma de condições urbanas precárias.

Por meio da transformação da autoconstrução em ajuda mútua, seria possível afastar-se do caráter de espoliação, individualista, atrasado e de baixa produtividade, empregando um processo coletivo que garantisse a divisão técnica do trabalho. Logo se desdobraria na ideia de autogestão também coletiva do financiamento, no sentido de promover a autonomia das organizações comunitárias. Os arquitetos seguidores de Sergio Ferro esperavam encontrar formas que permitissem aos trabalhadores participar das decisões de projeto e do processo produtivo, na "perspectiva de produzir habitação de forma não alienada" (BONDUKI, 2006).

É neste caminho de transformação das reflexões que Ermínia Maricato, ao se tornar Secretária de Habitação no governo municipal de Luiza Erundina em 1989, incorpora em suas ações o trabalho da autoconstrução, ao abrir espaço para um programa de habitação baseado na ajuda mútua. Recorria em parte às ideias de Turner que outrora criticara, mas agora retomada em outras bases. Bonduki e Rolnik, que buscavam uma nova forma de atuação, em diálogo com as críticas sociológicas, também

**25** Ambos participaram no livro organizado por Maricato com pesquisas desenvolvidas na FAU USP durante a graduação (ver ROLNIK; BONDUKI, 1982, p. 117-154).

**26** Também fez sua versão audiovisual no ano de 1980, documentando um experimento no bairro de Catumbi, no Rio de Janeiro, e propagando a organização coletiva, no filme, dirigido por Tetê Moraes, intitulado "Quando a rua vira casa".

lendo Turner, tornam-se gestores das políticas públicas de habitação e planejamento sob a direção de Maricato e de Paul Singer (o último, nomeado Secretário de Planejamento de Erundina). Bonduki passa a ser diretor da Superintendência de Habitação Popular e responsável por implementar o Programa de Construção por Mutirão e Autogestão, e Rolink, Diretora de Planejamento do município. O que tomavam de Turner era a valorização do saber popular e dos processos participativos como forma de desalienação dos pobres. No entanto, para os brasileiros, os processos eram uma etapa de formação política que levaria à transformação social não pela via anarquista (como para Turner), mas por uma via socialista, por meio da autogestão dos financiamentos, que garantiam a desalienação do trabalho da construção.

Às propostas de Turner, os arquitetos brasileiros juntaram as ideias do educador Paulo Freire[27] (intelectual vinculado à Teologia da Libertação e aos movimentos militantes de esquerda), com o propósito de enfrentar as contradições denunciadas pela crítica sociológica, sem deixar de considerar as intenções e desejos do movimento por habitação. Se Paulo Freire reunia o trabalho intelectual com o desejo de transformação social, propondo um método de aprendizagem desde as condições reais e dos conflitos sociais existentes, por caminho similar, a intenção desses arquitetos foi agregar um sentido pedagógico aos processos de autoconstrução que, convertidos em ajuda mútua, cumpririam a tarefa de conscientizar seus partícipes sobre suas próprias condições de precariedade. A associação entre vizinhos e a festa popular já existentes naquelas periferias, adquiriu um forte sentido político. Assim, dando continuidade a uma ação piloto que havia começado antes, no início da redemocratização,[28] a política de ajuda mútua formulada por Maricato (e Bonduki) em âmbito municipal introduzia pontos à discussão da produção de habitação, fortalecendo a ação autônoma dos movimentos sociais na cidade e no país, em particular a luta por moradia. Nesse sentido, a abordagem teórica para a política pública tinha como ponto de partida os momentos finais do filme *Loteamento Clandestino*; e a festa, a associação de vizinhos, "a união entre todos", como a única maneira para alcançar a conscientização e a transformação social.

Vale dizer que, a essa altura, as propostas de ajuda mútua já estavam bastante institucionalizadas em vários países latino-americanos, apoiadas e financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Disseminadas pelo Centro CINVA (MONTOYA; RAMIREZ; ARAVECCHIA-BOTAS, 2024), por meio de capacitação profissional para provisão de assistência técnica a programas habitacionais baseados em autoconstrução, em boa medida tiveram êxito devido aos escritos de John Turner. O sucesso de sua obra no meio especializado contribuiu para a

27 Criador do método ensino-aprendizagem que parte da vida cotidiana e da ação compartilhada entre aluno e professor, em oposição às hierarquias estabelecidas por métodos convencionais de alfabetização: a ideia chave é o princípio da autonomia (ver FREIRE, 1974).

28 "Entre 1982 e 1985 nos governos de Franco Montoro (estadual) e Mario Covas (municipal) por consequência de um agenciamento de interesses ocorreram as iniciativas pioneiras de carácter experimental de produção habitacional por meio da ajuda mútua, na qual se ensaiou a possibilidade de controle das famílias sobre as decisões de projeto e de processo de trabalho na obra, realizada a partir de recursos públicos e com o apoio técnico de profissionais externos (MOREIRA, 2009, p. 46).

ideia do valor cultural da autoconstrução, abrindo caminho para sua aceitação no âmbito erudito do campo disciplinar da arquitetura.

Contudo, em oposição às abordagens puramente econômicas das agências financiadoras, a ação dos técnicos na municipalidade em São Paulo incorpora a agenda, como buscamos apontar, de maneira crítica. A conjuntura política permitiu que, junto com os movimentos sociais, convertessem a auto-construção em ação política e transformadora. O pensamento estaria na base de uma corrente de atuação profissional dos arquitetos vinculados às chamadas "assessorias técnicas" aos movimentos sociais, que encontraram espaço para atuar na cidade de forma mais institucionalizada.[29]

Ainda que a mercantilização da habitação como objeto de consumo tenha sido debatida, num diálogo direto com Chico de Oliveira, pavimentou-se aos poucos um caminho em que a força política foi dirigida a viabilizar o mutirão com assessoria técnica como política pública institucionalizada, em que a crítica ao próprio sistema e suas lógicas de expropriação acabou enfraquecida. Esse percurso culminou, em 2001, no primeiro governo do Partido dos Trabalhadores e de Luiz Inácio Lula da Silva, na criação do Ministério das Cidades, do qual Ermínia Maricato foi Ministra Adjunta. Mas essa é outra história.

**29** É necessária uma leitura a contrapelo dessa história para compreender a maneira como este grupo paulista resultou em maior duração de práticas institucionalizadas por agências como o CINVA e da Ação Social Católica desde a década de 1950, ou de que maneira incorporou a literatura internacional - e de Turner em especial - em sua atuação profissional, ou em suas formulações como gestores públicos, apartando-se da crítica a essas mesmas ideias. Algo nesse sentido já foi explorado por diferentes autores que, em geral, centraram-se no caso de São Paulo (CARVALHO, 2005; ARANTES, 2009; além de outras obras citadas). Esse texto é uma contribuição para o debate.

## Referências

ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço público, do urbano ao político**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2008.

ARANTES, Pedro. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo e 1970. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, p. 103-127, 2009.

ARAVECCHIA-BOTAS, N.; VEIGA DE CASTRO, A. C. Fim de semana y Loteamiento clandestino: aproximaciones al universo popular de la vivienda en São Paulo (1970-1990). **Ensayo: Revista de arquitectura, urbanismo y territorio**, n. 2, p. 13-35, 2021.

AZEVEDO, de Aroldo. **Subúrbios de São Paulo (Primeiros Estudos).** São Paulo: Separata do Anuário do Instituto de Filosofia "Sedes Sapientae", 1943.

AZEVEDO, M. N. S. de; FREITAS, J. F. B. O seminário de habitação e reforma urbana: antecedentes de uma política para habitação popular. **Urbana:** Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, v. 6, n. 1, p. 758-775, 2014. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635324. Acesso em: 18 abr. 2018.

BALLENT, A. Learning form Lima. Previ, Peru: habitat popular, vivienda masiva y debate arquitectónico. **Block**, Buenos Aires: Centro de Estudios de Arquitectura Contemporánea, n. 6, p. 86-95, 2004.

_____ . Lima. Hora cero: miradas, acciones y proyectos en una ciudad desbordada. In: GORELIK, A. e PEIXOTO, F. A. (org.) **Ciudades sudamericanas como arenas culturales**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2016, p. 346-365.

BARBOSA, A.; KOURY, A. P. Rômulo Almeida e o Brasil Desenvolvimentista (1946-1964): ensaio de reinterpretação. **Economia e Sociedade**, v. 21, p. 1075-113, 2012.

BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no Brasil.** Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusões da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp**, 1998.

_____ . **Autoconstrução e habitação**: memória e reflexões sobre a contribuição de Chico de Oliveira. Francisco de Oliveira: A tarefa da crítica. Tradução. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BONDUKI, N.; KOURY, A. P. **Os pioneiros da habitação social.** 3 Volumes. São Paulo: Editora Unesp, Edições Sesc, 2014.

_____ . Das Reformas de Base ao BNH: as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. Arquitextos, v. 10, n. 120.02, **Vitruvius**, Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3432, Acesso em: 18 abr. 2018.

BOWER, R. Who Decides and Who Provides? The Anarchistic Housing Practices of John Turner as Realizations of Henri Lefebvre's Autogestive Space. **Alternatives**: Global, Local, Political, v. 2, n. 41, p.83-97, 2016. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0304375416684856. Acesso em: 30 abr. 2019.

CARVALHO, C., **Lupa e telescópio: o mutirão em foco, São Paulo anos 1990-atualidade.** Dissertação (Mestrado), FAUUSP, 2005.

CESTARO, L. R. A contribuição de Lebret através da SAGMACS na formação de técnicos e profissionais de urbanismo no Brasil. **Risco**: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, v. 14, n. 1, p. 24-31, 2016. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/125753/122650. Acesso em: 18 abr. 2018. doi:http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v14i1p24-31.

CINVA. **A CARTA dos Andes.** Seminário de Técnicos e Funcionários em Planejamento Urbano. Centro Interamericano de Vivenda e Planejamento (CINVA). Apres. e rev. de Luiz de Anhaia Mello; Trad. Gustavo Neves da Rocha Filho. São Paulo, Ed. Bem Estar, 1960.

DE ANGELO, Michelly. (2010). **Les Développeurs:** Louis-Joseph Lebret e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil. Tese (Doctorado). Instituto de Arquitectura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – IAUSC USP.

FERRO, S. **A Casa Popular**. São Paulo: GFAU, 1972.

FIM de semana. Direção Renato Tapajós [Erminia Maricato]. São Paulo, 1975. DVD. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gDm-vajAtrM. Acesso em: 28 nov. 2024.

FLOCK, J. **Memórias do apagamento: as primeiras favelas paulistanas (1940-1960).** Relatório Final de IC. Fapesp/ FAUUSP, 2021

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GODOY, J. H. A. Economia Humana e desenvolvimentismo católico: o pensamento e a ação de Louis-Joseph Lebret no Brasil. **Teoria e Pesquisa.** Revista de Ciência Política, v. 24, n. 1, p. 40-53, 2015. Disponível em: http://dx.doi.org/10.4322/tp.24104. Acesso em: 18 abr. 2018.

GONÇALVES, R. S. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Rio: Ed. Puc Rio/ Palas, 2016.

GORELIK, A. **La ciudad latino-americana: una figura de la imaginación social del siglo XX**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2022.

HARRIS, R. A double irony: the originality and influence of John F. C. Turner. **Habitat International,** n. 27, p. 245–269, 2003. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0197397502000486. Acesso em: 30 abr. 2019.

HUAPAYA, J. C. **Fernando Belaúnde Terry y el Ideario Moderno, Arquitectura y urbanismo en el Perú entre 1936 y 1968**. Lima: EdiFAUA, 2014.

HUAPAYA, J. C.; GRAPPI, L. Novas-velhas questões? [Re]visitando as teorias de John F. C. Turner sobre a "cidade informal" no Brasil**. Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR).** São Paulo, 2017. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%207/ST%207.6/ST%207.6-03.pdf. Acesso em: 18 abr. 2018.

JESUS, Carolina de. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. São Paulo: Ática, (1960) 2015.

KAHATT, S. **Utopías Construidas. Las unidades vecinales de Lima**. Lima: Fondo Editorial PUCP, 2015.

KAHATT, S. El Perú como proyecto. La agrupación Espacio en el proceso de modernización del Perú. **A&P Continuitad**, v. 6, n. 10, p. 122-133, 2019.

KOWARIK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEMOS, C.; SAMPAIO, M. R. A. **Habitação popular paulistana.** Relatório de Pesquisa, FAU USP, 1977.

LIRA, J. T. C. de. A romantização e a erradicação do mocambo, ou de como a casa popular ganha nome: Recife década e 1930. **Espaço e Debates**, ano XIV, n. 37, p. 47-60, 1994.

LOTEAMENTO Clandestino. Direção Erminia Maricato. Spectrus. São Paulo, 1978. DVD. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FKZY5yDyWS4&t=13s. Acesso em: 28 nov. 2024.

MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

MESQUITA, C. Nós construímos a cidade - o documentário e a luta popular por moradia, de Fim de semana (Tapajós, 1976) a Mulheres no front (Coutinho, 1996), **Catálogo ForumDoc.BH**, Belo Horizonte, 2020.

MEYER, R., GROSTEIN, M., BIERDEMAN, C. **São Paulo Metrópole.** São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, 2013.

MONTOYA; RAMIREZ; ARAVECCHIA-BOTAS (org.). **CINVA: un proyecto latinoamericano**. Bogotá: IEU, Unal, 2024.

MONTOYA; ARAVECCHIA-BOTAS. Vivienda y desarrollo en el CINVA. La planificación integral en términos latinoamericanos. In: MONTOYA; RAMIREZ; ARAVECCHIA-BOTAS (org.). **CINVA: un proyecto latinoamericano**. Bogotá: IEU, Unal, 2024, p.177-238.

MOREIRA, F. **O lugar da autogestão no governo Lula**. Dissertação (Mestrado), FAUUSP, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, F. Prefácio. In MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

OLIVEIRA, S. **Trabalhadores favelados: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2014.

OLIVIERI, S. **Quando o filme vira urbanismo**. Tese (Doutorado), Salvador: FAU UFBA, 2010.

PAULINO, J. **O pensamento sobre a favela em São Paulo: uma história concisa das favelas paulistanas**. Tese (Doutorado). São Paulo: FAU USP, 2007.

PONTUAL, V. **Louis-Joseph Lebret na América Latina**: um exitoso laboratório de experiências em planejamento humanista. Rio de Janeiro/ Recife: Letra Capital/ Ed. UFPE, 2016.

ROLNIK, R.; BONDUKI N. Periferia da Grande São Paulo, reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, p. 117-154.

ROMÃO, W. (org.). **Francisco de Oliveira, a tarefa da crítica**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

TASCHNER, S. P. Favelas em São Paulo – censos, consensos e contra-sensos. **Cadernos Metrópole**, [S.l.], n. 05, p. 09-27, 2012. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9294. Acesso em: 28 abr. 2018. doi:http://dx.doi.org/10.1590/9294).

TURNER, J. F. C. Barreiras e canais para o Desenvolvimento Habitacional nos países em vias de desenvolvimento. **Arquitetura**, Rio de Janeiro, n. 68, pp. 20-26, fev. 1968.

VALLADARES, L. P. **A invenção da favela.** Do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998.

## COMO CITAR

ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce; CASTRO, Ana Claudia Veiga de. Fim de semana e Loteamento clandestino: Aproximações ao universo da habitação popular em São Paulo (1970–1990). **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, n. 11, p. 114-141, 2024.